

REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(Da Sra. DANIELA REINEHR)

Solicitamos ao Ministro de Estado das Relações Exteriores informações acerca da comitiva brasileira que foi a Dubai para a COP 28.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Relações Exteriores informações acerca da viagem e da comitiva levada para Dubai, pelo Brasil, para participar da COP28, notadamente: (i) o número e a lista completa das pessoas que foram na comitiva brasileira para a COP28, em dubai; (ii) o objetivo e o critério de escolha de cada um dos participantes e o tempo que cada uma dessas pessoas passou em Dubai; (iii) os recursos humanos empregados nessa viagem; (iv) as despesas públicas despendidas nessa viagem com valores especificados de cada gasto, em especial o valor gasto pelos integrantes da comitiva; (v) os resultados e os benefícios obtidos em favor da sociedade brasileira com essa viagem para a COP28, considerando o tamanho da comitiva enviada; (vi) os dados comparativos em relação aos participantes e os gastos desta COP em comparação as comitivas enviadas pelo Brasil ao referido evento, nos últimos 16 anos.

Sala das Sessões, em de dezembro de 2023.

DANIELA REINEHR

Deputada Federal



JUSTIFICAÇÃO

No dia 30 de novembro, teve início a 28ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima ([COP28](#)), evento sobre o clima que reúne representantes dos governos, empresas e da sociedade civil em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. Neste ano, o Brasil viaja à península arábica com possivelmente a maior delegação entre os países-membros, com mais de 2 mil inscritos, apenas entre autoridades e funcionários do governo são em torno de 400 nomes.

Essa é a 15ª viagem internacional do presidente desde que tomou posse. Quando voltar a Brasília, terá completado 62 dias fora do Brasil em 2023, com viagens luxuosas, de gastos volumosos e que até o presente momento não deram retorno ao Brasil, gerando apenas discursos que descredibilizam o nosso país, e desmerecem setores essenciais da nossa economia como o do agronegócio.

A participação da comitiva brasileira na COP 28 suscita críticas diante de alguns pontos relevantes, a presença de uma extensa delegação do Brasil pode ser vista como excessiva e questionável. A volumosa comitiva do Brasil levanta preocupações sobre a eficiência e a real contribuição desse grande número de participantes. Questões como os altos custos associados à viagem e estadia de uma comitiva extensa, assim como a logística envolvida, são pontos que merecem transparência e prestação de contas para a população brasileira.

Além disso, a representatividade exacerbada pode dificultar o foco e a coesão das mensagens que o país deseja transmitir. Em vez de promover a qualidade das discussões e das tomadas de decisão, a presença massiva pode resultar em dispersão de esforços e diluição das propostas e compromissos que o Brasil poderia apresentar, ao invés de discursos vazios que apenas prejudicam nossa imagem perante os demais países.

Ademais, o Estado Democrático de Direito pressupõe a existência de freios e contrapesos na relação entre os Poderes, cabendo ao Poder Legislativo federal o exercício do controle externo do Poder Executivo federal, de modo a



mitigar riscos de que medidas determinada por autoridades federais sejam contrárias à legalidade, legitimidade e economicidade.

Ciente do papel desta Casa Legislativa e da confiança depositada em nosso mandato parlamentar pelo povo catarinense, estamos preocupadas com o possível excesso de gastos nessa viagem à Dubai, com a observância de princípios e regras que orientam a Administração Pública e, principalmente, com os resultados e benefícios decorrentes dela, visto que os atos do Executivo devem respeitar, também, os princípios constitucionais da moralidade e da eficiência sob pena de incorrer em improbidade administrativa.

O requerimento viabilizará a obtenção de informações, possibilitando, assim, o controle parlamentar de sua legalidade, legitimidade e economicidade, o que, no fim das contas, além de refrear eventuais excessos em viagens futuras, explicitará se elas estão em conformidade com o interesse público do povo brasileiro.

Sala das Sessões, em de dezembro de 2023.

DANIELA REINEHR

Deputada Federal

